

Diário da Assembléia

Nº 2.997

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 12 DE MARÇO DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 7ª Sessão Ordinária
Realizada em 12 de Março de 1974 (Terça-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Borsari Neto.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belirati — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Xenofonte Villanueva. (33); achando-se ausentes os srs. Deputados Muggiati Filho — Antonio Costa — Arizone Araujo — Domicio Scaramella — Fabiano Braga Côrtes — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Marciano Baraniuk — Paulo Camargo — Wilson Brandão e Wilson Fortes. (14).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

MENSAGEM:

MENSAGEM 8-74

Curitiba, 28 de fevereiro de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que suspende, até 30 de junho de mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP) para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções que especifica.

O Plano de Lei ora encaminhado a essa Augusta Casa de Leis é oportuno e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, pois virá ensejar condições a fim de que os órgãos da Polícia Civil do Estado possam, por mais algum tempo, continuar contando com a colaboração de integrantes da Polícia Militar do Estado.

A lei n.º 6.417, de 3 de julho de 1973, que dispõe sobre o Código de Vencimentos da Polícia Militar do Estado, contém disposições segundo as quais o Policial Militar quando em exercício de funções fora da Corporação poderá perder direito à percepção de remuneração. Assim sendo, para que as atividades da Polícia Civil não sofram o impacto da redução de seu atual contingente de pessoal, é que se propõe a medida consubstanciada no anexo anteprojeto de lei, suspendendo os efeitos de tais disposições até 30 de junho do próximo ano, ocasião em que a Polícia Civil deverá contar com um quadro de pessoal civil que atenda plenamente às suas reais finalidades.

Certo de que o Plano de Lei submetido a apreciação dessa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMILIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica suspensa, até trinta de junho de mil novecentos e setenta e cinco, a aplicação das restrições de remuneração previstas no número 2 do artigo 6.º, no número 1 do artigo 14 e no parágrafo 2.º do artigo 52, da Lei n.º 6.417 de 3 de julho de 1973 (Código de Vencimentos da PMEP), para os policiais-militares que estiverem no exercício das funções seguintes:

I — Delegado de Polícia;

II — Escrivão de Polícia;

III — Carcereiro;

IV — Chefe de Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN);

V — Cargos em Comissão no Centro de Informações da Secretaria de Segurança (CISESP); e

VI — Cargos em Comissão no Grupo de Planejamento Setorial (GPS) da Secretaria de Segurança Pública.

§ 1.º. Os policiais-militares de que trata este artigo, para efeito de cálculo de vencimentos, são considerados como no efetivo exercício de funções da própria Corporação.

§ 2.º. Os policiais-militares de que trata este artigo não receberão outras importâncias dos cofres estaduais, a qualquer título, além dos vencimentos de que trata o parágrafo anterior, ressalvado o direito de opção, quando ocupantes de cargos em comissão.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a partir de 1.º de outubro de 1973, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs 332, 333, 337, 343, 344 e 345-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n.ºs:

91-73: Do Senhor Ex-Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira que declara de utilidade pública, a Congregação Mariana de Jovens da Catedral, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.475. — Agradeça-se.

93-72: Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que denomina Deputado Olívio Belich, um dos Grupos Escolares desta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.476. — Agradeça-se.

149-73: Do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública, a Feira Municipal de Ciências, instituída pelo Colégio Estadual do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.477. — Agradeça-se.

160-73: Oriundo de Mensagem Governamental, sob o n.º 65-73, que objetiva a abertura de Crédito especial no valor de Cr\$ 820.000,00 à Secretaria de

Segurança Pública para atender despesas com o Fundo Especial de Reequipamento Médico Sanitário "FUNRESAN, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.483. — Agradeça-se.

127-73: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.485. — Agradeça-se.

198-73: Do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva, que declara de utilidade pública, o Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, com sede e foro na cidade de Cambé, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.484. — Agradeça-se.

Sob os n.ºs 335, 336-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente, os Projetos de Lei n.ºs:

124-73: Do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, que dispõe sobre a doação dos implementos agrícolas que especifica, ao Município de Colombo, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as expressões contidas nos números 9 e 10 do artigo 1.º. — A C.C.J.

106-73: Do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que dispõe sobre a doação dos tratores que especifica, ao Município de Japira, tendo o veto parcial apostado incidido sobre a expressão "7325962", contida no artigo 1.º — A C.C.J.

Sob os n.ºs 326, 327, 328, 334, 342 e 349-73, do Senhor Governador do Estado comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n.ºs:

43-73: Do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, que visa transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Itaquagé à sede do Município de Colorado. — A C.C.J.

212-72: Do Senhor Deputado Arizone Mendes de Araujo, que visa transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada situado no Estado do Paraná, que liga o Município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. — A C.C.J.

208-72: Do Senhor Deputado Nelson Buffara, que visa proceder através do Departamento de Estradas de Rodagem, os serviços de retificação e revestimento básico do trecho da estrada que liga Xangri-la a Pontal do Sul, no Município de Paranaguá, pelo seu traçado mais direto, numa extensão aproximada de 5 km. — A C.C.J.

78-73: Do Senhor Deputado Gilberto de Carvalho, que visa alterar a redação do artigo 3.º da Lei n.º 5.926, de 22 de abril de 1969, que dispõe sobre o Quadro de Oficiais Especialistas de Policiamento Rodoviário, da Polícia Militar do Estado. — A C.C.J.

94-73: Do Senhor Deputado Maurício Fruet, que dispõe que a distribuição realizada pela Administração direta ou indireta, de matéria de divulgação ou publicidade e revistas, jornais, periódicos e emissoras de rádios e televisão obedecerá a critérios objetivos, estabelecidos em normas fixadas pelo Poder Executivo e oficialmente publicadas. — A C.C.J.

74-73: Do Senhor Deputado Antonio Lopes Júnior, que visa transferir para a jurisdição da Circunscrição de Trânsito do Município de Irati, os serviços de trânsito do Município de Inácio Martins. — A C.C.J.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Santos Lima, solicitando seja retirado da Ordem do Dia, o Projeto de Resolução n.º 67-73.

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Resolução n.ºs 44-73, 48-73, 56-73, 58-73, 64-73, 65-73, 68-73 e 69-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o Plenário, requer, se registre na Ata dos trabalhos desta Casa, voto de profundo pesar pelo passamento ocorrido no último domingo, na cidade de Cornélio Procopio, da reverenda Irmã Maria Pierina Mouras.

A extinta que desde muitos anos vinha exercendo com extraordinária dedicação a direção interna da Casa de Misericórdia de Cornélio Procopio era membro das Irmãs Dominicanas da Beata Imelda.

O seu desaparecimento causou profunda consternação em toda a região, onde a sua ação benfazeja na Casa de Misericórdia, era verdadeiro lenitivo para todos.

Requer ainda que, uma vez aprovado pela Casa, seja dado conhecimento deste às Irmãs Dominicanas da Beata Imelda e ao Provedor da Casa de Misericórdia de C. Procopio. Sr. Arthur Hoffig.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) — Rosário Pitelli.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário, fique consignado nos Anais da Casa, voto de louvor pela atuação do Doutor Octávio Cezário Pereira Júnior na Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça onde, graças à sua extraordinária habilidade e inteligência, conseguiu o que se pode chamar de pacificação na classe política paranaense. Solicita, ainda, o subscritor do presente, que fique registrada a esperança desta Casa na atuação do ilustre Deputado Zacharias Seleme, sucessor de Octávio Cezário Pereira Júnior naquela Pasta, pois qualidades não lhe faltam para seguir a mesma linha de comportamento do seu antecessor, que agora, na Câmara Alta da Nação, por certo prosseguirá na sua invejável trajetória política.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da manifestação da Casa àquele eminente homem público, que ora deixa aquela Secretaria de Estado, com assinalados e relevantes serviços à causa pública paranaense.

Deixando aquela importante Pasta para ocupar cargo federal é justo se lhe reconhecer os méritos pelo que realizou durante o pouco tempo em que dirigiu a Pasta dos Transportes.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) — Erondy Silvério.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de louvor à atuação do Doutor Euro Brandão à frente da Secretaria dos Transportes.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) — Antonio Lopes Júnior.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de um voto de regozijo pela magnífica gestão

desenvolvida pelo Doutor Luis Silva e Albuquerque na Presidência da União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná.

Exercendo as elevadas funções pelo período de nove anos, o eminente cidadão marcou sua gestão por inúmeras realizações, destacando-se, dentre outras, a organização e participação do Paraná no "JAMBOREE" Paranaense; a promoção, em Curitiba, da Convenção Nacional de Escotismo; compra de sede própria; compra de terreno e construção de campo de adestramento em Bateias, com áreas de 9 alqueires de terra, com sede de material, residência de caseiro, 4 cabanas para alojamento de patrulhas, rede de água e luz, etc.; construção de Mausoléu do Escoteiro, no Cemitério da Água Verde, além da instalação de loja do escoteiro e participação acionária nesta loja bem como na Editora do Escoteiro.

Ao encerrar sua gestão, e apesar das inúmeras realizações, manteve o indispensável equilíbrio financeiro da entidade, transferindo aos novos dirigentes elevada quantia financeira.

Pelos inestimáveis serviços prestados ao escotismo, o Doutor Luis Silva e Albuquerque recebeu homenagens especiais da União dos Escoteiros do Brasil, destacando-se as medalhas "Gratidão de Ouro", "Tiradentes" e "Tapir de Prata", a maior condecoração do escotismo concedida no Brasil e no mundo.

Como se nota o Doutor Luis Silva e Albuquerque reúne todas as qualidades para receber a homenagem que agora se propõe nesta Casa, e aprovada a presente, requeiro que se dê ciência da decisão ao ilustre líder comunitário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) — Maurício Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Casa requer.

1.º — seja a Sessão do próximo dia 20 (vinte) do mês em curso, dedicada exclusivamente em homenagem à memória do jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, em virtude transcorrer, naquela data, o Cinquentenário de Fundação dos Diários Associados, obra notável concretizada por aquele grande brasileiro.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao jornalista Armando de Oliveira, Diretor Presidente do Diário do Paraná, órgão dos Diários Associados em nosso Estado.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1974.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

No próximo dia 20 do mês corrente o Brasil inteiro verá transcorrer o cinquentenário de fundação dos Diários Associados, a concretização maior da vida e obra do jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, o grande brasileiro que há meio século soube encontrar, através da imprensa, o meio adequado à integração nacional. Ninguém, no Brasil, foi tão integracionista quando Assis Chateaubriand, como também não tem quem se lhe iguale em capacidade de trabalho e de antevisão do futuro de grandiosidade de nossa pátria. ele, que conhecia palmo a palmo toda nossa extensão territorial e que, não deixou de plantar uma semente de progresso em todo lugar por onde passava.

A obra e a vida de Assis Chateaubriand dificilmente poderão ser enfocadas sob um só ângulo porquanto elas foram multivárias, multifacetadas e abrangeram praticamente todas as atividades daquela existência que foi larga como o Rio São Francisco que ele tanto amava; dádiosa como a terra do norte paranaense que ele ajudou a desbravar grande, como o Brasil que ele soube querer com extremado amor.

Parlamentar robusto, no Senado Federal Assis Chateaubriand soube tornar-se, em pouco tempo, a expressão maior da inteligência brasileira, proferindo peças de oratória que hoje são marcos de discurso parlamentar naquela Câmara Alta. Daquela catadupa que era seu verbo jorrando da Tribuna foram selecionadas as mais significativas peças e editado o livro "As nuvens que vêm", provavelmente o que de melhor se fez e se disse até hoje quanto às possibilidades de nosso País como líder continental.

Tal personalidade e tal obra não poderiam deixar de serem lembradas pela Assembléia Legislativa do Paraná. Estado que, a nosso modo, também repete a vida pioneira de Assis Chateaubriand, pois tem sido a golpes de audácia que conseguimos e vimos conseguindo cada vez mais nossa afirmação econômica, política e social perante o concerto nacional. Daí porque, entende justo se preste a homenagem requerida na inicial o que, certamente, também será endossado pelos Nobres Deputados que darão ao presente Requerimento seu honroso e indispensável apoio.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que a este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o ilustre Plenário desta Casa,

REQUER:

1.º — seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Desembargador Edmundo Mercer, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, solicitando-lhe o obséquio de determinar efetivação de estudos visando a criação e instalação da Comarca de Palotina, com sede na cidade e Município do mesmo nome, neste Estado.

2.º — seja, desta decisão, encaminhada cópia de inteiro teor ao Exmo. Sr. Governador Emílio Gomes, para conhecimento.

3.º — seja ainda, desta decisão, encaminhada cópia autêntica de inteiro teor ao Exmo. Sr. Erich Arno Muller, digníssimo Prefeito Municipal de Palotina, Pr.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 12 de março de 1974.

(a) — João Fadel.

JUSTIFICATIVA:

Antigo distrito de Guaíra, Palotina foi elevado a Município através da Lei 4254, de 25 de julho de 1960, sendo instalado em data de 3 de dezembro de 1961.

Atingindo acelerado desenvolvimento econômico e social graças ao racional aproveitamento de suas férteis terras, com diversificadas culturas e algumas indústrias extrativas que lhe propicia uma arrecadação anual da ordem de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros), tem uma população atual de 55.951 habitantes, em área de 964 quilômetros quadrados, o que lhe dá uma das mais elevadas densidades demográficas do Estado.

Palotina conta com 92 escolas primárias municipais e 2 estaduais, havendo cerca de 9.587 alunos matriculados no primário e 1.234 matriculados no curso ginasial. Seus moradores entendem que a criação e instalação da Co-

marca com sede na cidade, será fator de impulso ao desenvolvimento cultural não só de Palotina mas de toda a região da qual ela é cidade-polo. Além de, naturalmente, descongestionar os serviços judiciários da Comarca de Guaíra, à qual atualmente pertence. A Prefeitura Municipal dispõe-se inclusive a promover a construção de moradias para o Juiz de Direito e outros serventuários graduados a serem para ali designados, bem como doar imóvel, em futuro mais remoto, é claro, para construção do edifício do Fórum, além de todas as outras facilidades que lhe foram encarecidas para consecução daquele objetivo. Embora saibamos que a divisão judiciária do Estado do Paraná há pouco foi reformulada e que na fixação do número de comarcas foram elevados em conta justos critérios de avaliação, entendemos que o Egrégio Tribunal de Justiça poderia, com aquele espírito pioneiro que sempre caracterizou o Poder Judiciário do Paraná, promover estudos visando à criação e instalação da Comarca de Palotina, como justo reconhecimento ao trabalho daquela ponderável parcela da comunidade paranaense e, em especial, no próprio interesse da Justiça!

Os nobres Deputados certamente concordarão com a oportunidade do presente Requerimento e darão ao mesmo seu honroso e indispensável apoio. Sala das Sessões, em 14 de março de 1974.

(a) — João Fadel.

Requerimento

Senhor Presidente:

Milhares de paranaenses que trabalham numa área de grande produtividade do país estão apreensivos e preocupados. Cerca de 20.000 agricultores serão obrigados a deixar suas lavouras, pois suas terras serão inundadas com a construção da barragem de Salto Capivara, no Rio Paranapanema, onde a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) pretende fazer gerar mais energia. O fato preocupa sobremaneira levando-se em consideração que o valor quilowatt-hora gerado pela Usina de Salto Capivara poderá ser menor que o lucro auferido com a exploração da terra, onde são plantadas todas as culturas, inclusive o café. O que mais deve preocupar esta Casa a par dos problemas econômico-financeiros, são os sociais advindos com a dispensa em massa dos trabalhadores agrícolas, indenizações e a transferência da força do trabalho, tanto do homem como do equipamento existente que poderá trazer muitos prejuízos com a ociosidade desta força produtiva. As autoridades devem considerar que a área de 50 mil hectares a ser atingida pelas inundações possui inúmeros privilégios: 1.º — são terras do mais alto padrão de produtividade (sua produção chega atingir cinco toneladas por hectares e o total estimado é de 250.000 toneladas ao ano). 2.º — a região possui um dos mais altos índices "per capita" de máquinas e implementos agrícolas do país; 3.º — a força ativa do trabalho da população é também das mais altas da nação. A situação se agrava quando se sabe que a empresa terá que indenizar pelo valor real as terras que são avaliadas em 30 a 40 mil cruzeiros o alqueire e está alegando não ter orçamento disponível para começar o pagamento neste ano. Ora, os proprietários se não receberem já a indenização não terão possibilidades de comprar novas terras a tempo de ressarcir-se dos prejuízos; sobretudo porque a região possui um dos maiores índices per capita de máquinas e implementos agrícolas do país e a grande parte dessa maquinária é financiada pelo Banco do Brasil, tendo como garantia o penhor da terra. Acrescente-se também que a transferência dos 20.000 atingidos pelas inundações para outras áreas não será fácil, por causa da dificuldade de aquisição de terras no Norte do Paraná. Os preços se elevam com constância, daí porque a necessidade de serem pagas as indenizações antes do início das inundações. A represa, de Capivari vai cobrir terras cultiváveis em Municípios de Primeiro de Maio, Sertaneja, Alvorada do Sul, Porecatu, Rancho Alegre e Sertãoópolis.

Diante dessas considerações o Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja endereçado apelo ao Senhor Ministro da Justiça, Governador do Paraná, Governador de São Paulo e Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, no sentido de se resguardar os justos direitos, de milhares de trabalhadores ameaçados de sérios prejuízos, para que se evite origine-se terríveis dramas sociais, REQUER, outrossim seja endereçada cópia desse expediente às Câmaras Municipais de Primeiro de Maio, Sertaneja, Alvorada do Sul, Porecatu, Rancho Alegre e Sertãoópolis.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) Alvaro Dias.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 15-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — A Série de Classes de Técnico de Administração Tributária, constante do art. 3.º da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, passa a integrar a Tabela Anexa n.º 1 (um) da referida Lei.

Art. 2.º — Os efeitos financeiros da presente Lei retroagem à data de vigência da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971.

Art. 3.º — Ressalvado o disposto no artigo anterior, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de março de 1974.

(a) — Borsari Netto

JUSTIFICATIVA:

Quando da elaboração da Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971, aprovada por esta Casa Legislativa e sancionada pelo Governador do Estado, nela, a Série de Classes de Técnico de Administração Tributária constou do Anexo n.º 3, em vez de constar do n.º 1. A Série de Classes de Técnico de Administração Tributária vai de nível 24 a 28 e é de nível universitário.

Os Técnicos de Administração Tributária constituem viga mestra da Administração Fazendária e a medida proposta a ser aprovada é apenas uma medida de justiça, pois essa Série de Classes de funcionários está sendo prejudicada em seus vencimentos há dois anos, desde que vigora a Lei n.º 6.212, de 9 de agosto de 1971.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estou encaminhando à Mesa, Requerimento que devo explicar à Casa. Eu não sou de render voto de louvor, mas estou enviando voto de louvor a um homem que está deixando o cargo de Secretário de Estado; é o Secretário Octávio César Pereira Júnior, pela sua extraordinária habilidade e inteligência com que conseguiu o que se pode chamar de "pacificar" a classe política paranaense. Não é justo que a Casa se manifeste com estímulo ao novo Secretário, o não menos ilustre Deputado Zacarias Seleme, que vai sucedê-lo na Pasta, para que S. Exa., mirando-se no exemplo de Octávio César Pereira

Júnior, também conduza aquela Pasta, no sentido de pacificar a família político-paranaense. O Requerimento será encaminhado à Mesa dentro de alguns instantes.

Acabo de receber de S. Exa. o Sr. Prefeito Jaime Lerner, uma cópia do Decreto 240 que constitui uma Comissão para aprimorar normas de segurança contra incêndios nos prédios da cidade. E por deferência especial do Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, tive a honra de ser convidado para representar nesta Comissão, o Poder Legislativo Estadual. A Comissão tem um prazo de 90 dias para concluir o seu trabalho, que será dividido em duas partes. A primeira, com relação aos prédios existentes ou em fase de construção, a outra para novas construções. Este decreto é o corolário de uma longa luta que esta Casa, principalmente a Assembleia Legislativa do Estado tem empreendido, no sentido de sensibilizar o Sr. Prefeito Jaime Lerner para o perigo com que se defronta no dia a dia, principalmente a população da Capital do Estado. Digo, principalmente da Capital do Estado, porque é uma cidade que cresce verticalmente. Nas outras cidades, embora no interior tenha grandes cidades, como Londrina, Maringá e Ponta Grossa, lá os edifícios são de construção mais recente, com uma técnica mais aprimorada, mas Curitiba, tem uma população que trabalha e habita nos prédios de apartamentos, nas habitações coletivas, vive em constantes sobressaltos pela absoluta insegurança existente nos atuais prédios de Curitiba. Um incêndio num edifício construído há 10, 15 ou 20 anos atrás, seria uma verdadeira catástrofe. E o Poder Público está de braços cruzados, sem que ninguém o alertasse para os perigos com que vive constantemente a população curitibana que vive, trabalha e moureja nestes edifícios.

O Sr. Prefeito Jaime Lerner, cumpriu com o seu dever, constituiu uma Comissão que terá a incumbência, dentro de 90 dias, de traçar as normas para segurança não só das novas construções, mas aquelas em fase de acabamento e nas antigas. Sabemos que é um trabalho difícil que vai esbarrar em muitas incompreensões, principalmente no que se refere às construções já existentes.

Esta Comissão terá de ser serena, equilibrada, mas sobretudo eficiente, porque existe um cem número de medidas que devem ser tomadas para resguardar a população curitibana, em caso de incêndios.

Já quanto à área do Estado, conseguimos sensibilizar o Governador Emílio Gomes e já está reaparelhando convenientemente o Corpo de Bombeiros, não só na Capital do Estado como em diversas cidades do Estado. Que se faça uma lei obrigando os prédios a terem escadas de incêndio, extintor de incêndio, uma série de sofisticações, que a técnica moderna criou para o combate às chamas; mas é preciso ver a possibilidade não só técnica, como econômica, da execução de determinadas medidas que visem resguardar a população no caso de incêndio. Esta Comissão precisa ter serenidade e equilíbrio; precisa exigir coisas exequíveis e a possibilidade de se dotar pelo menos, 90% dos atuais edifícios de Curitiba, de escadas de incêndio. Sabemos que existem edifícios que não têm sequer extintor de incêndio, a não ser na portaria; sabemos que existem salas divididas com "lambris", com material altamente inflamável; "Carpets" e outras sofisticações que no caso de incêndio, se transformam num barril de pólvora. Outros edifícios têm escadas estreitas, quase todos eles com o último andar, os terraços, servindo como casa de zelador, para que se economizasse mais a área disponível para venda dos apartamentos. Há apenas dois edifícios em Curitiba, que apresentam condições de pouso para helicóptero, no caso de incêndio. E nem helicóptero o Corpo de Bombeiros tem; no caso de uma catástrofe, teria que se servir de um helicóptero da Base Aérea, que não é apropriado.

Há muita coisa a ser feita. Da nossa parte, esperamos representar condignamente o Poder Legislativo. Não vou medir esforços; que esta Casa cumpra a sua missão com galhardia; que dê ao povo paranaense, a sua contribuição, principalmente ao povo curitibano, nesta questão que está atemorizando a população do Estado, que são os incêndios nas habitações coletivas. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O assunto que nos traz à Tribuna na tarde de hoje é relacionado com a Loteria Esportiva do Brasil, que tem praticamente contribuído para a descapitalização do interior brasileiro.

Primeiro tivemos o evento do mercado de capitais que carrou das pequenas cidades vultosas somas para os grandes centros do País, deixando muita gente em situação de penúria e hoje a Loteria Esportiva tem feito com que o pequeno trabalhador, às vezes sem posse até mesmo para comprar o leite para o seu filho no dia a dia, em sua ânsia de ficar rico, acabe jogando as suas poucas economias numa fé da Loteria Esportiva.

Vemos o caso de pequenos operários, do povo dos grandes centros, das favelas, enfim, para se jogar a Loteria Esportiva praticamente a incidência no País é das mais acentuadas porque de sete a oito milhões de brasileiros fazem semanalmente a sua aposta na Loteria Esportiva. Uns apostam o que têm; porém muitos acabam tirando do sustento de seus filhos o dinheiro para a sua aposta na Loteria Esportiva. Esta loteria foi criada, quem sabe, para acabar com o jogo do bicho no País e há aqueles que dizem que a Loteria Esportiva não deixa de ser, em última análise, o jogo do bicho regulamentado.

Tivemos recentemente o balancete divulgado pela alta direção da Loteria Esportiva numa demonstração ao povo brasileiro sobre a aplicação do dinheiro arrecadado em todo o território nacional. Do lucro que a Loteria Esportiva teve, ela destinou para o Estado da Guanabara 25 milhões de cruzeiros em 1973, para São Paulo 12 milhões de cruzeiros e atente, Srs. Deputados, que não foi do dinheiro que o apostador ganhou em apostas, mas do dinheiro, do líquido aferido pela Loteria Esportiva.

Enquanto o Estado da Guanabara recebeu a verba de 25 milhões de cruzeiros da Loteria Esportiva, nosso Estado mais uma vez foi relegado a plano secundário, recebendo de verba a quantia insignificante de 629 mil cruzeiros.

Vejam portanto, nobres Deputados, o tratamento que a Loteria Esportiva dispensou ao Estado da Guanabara, Estado privilegiado com uma polpuda verba de 25 milhões de cruzeiros, enquanto nosso Estado, um Estado pobre em esporte amador, recebeu 629 mil cruzeiros.

Vemos portanto, que aqui vários Prefeitos estão batalhando, visando a construção de centros esportivos, porque essa é uma das finalidades para a qual foi criada a Loteria Esportiva: construir piscinas para nosso povo que não pode comprar uma ação por 6 ou 7 mil cruzeiros; para aqueles que praticam futebol de salão e não têm às vezes, em sua cidade, uma quadra para a prática desse esporte amador.

Vemos Ginásios do próprio Estado do Paraná, onde se pratica educação física, sem uma quadra para se praticar basquete, volei, futebol de salão. Vemos escolas aqui no Paraná, que às vezes não têm bola, nem rede, nem o ma-

terial necessário para dar cumprimento à lei federal do ex-Presidente Costa e Silva, que determinou o exercício da educação física, não apenas para os ginásios, mas para todos os estudantes, desde o primário até as escolas de nível superior.

Lamentavelmente, a lei está aí, publicada no Diário Oficial, mas não é cumprida, porque aqui no Paraná não temos condições. As nossas instituições educacionais não têm verba para construção de quadras de esporte. E a Loteria Esportiva, que se propôs, desde o seu início, a dar atendimento ao esporte amador, concedendo as verbas necessárias, está apenas atendendo os grandes centros, relegando a uma condição de desprestígio, o nosso Estado do Paraná.

O esporte amador carece de incentivo. Vimos o fracasso do Brasil na Alemanha, durante as últimas Olimpíadas. Nossos atletas estavam mal preparados, sem condições físicas.

Nosso desejo é que a Loteria Esportiva, que tem tirado alimentos da boca do inocente, cujos pais gastam até o último vintém para apostar na Loteria Esportiva, nosso desejo é que essa mesma Loteria dê ao Esporte Amador uma melhor assistência para que no futuro, pelo menos, essas crianças muitas vezes mal alimentadas devido ao fanatismo que há por parte dos brasileiros que desejam ganhar na Loteria, que essas crianças, no futuro, possam ter, pelo menos, um parque, uma quadra de esporte, onde possam se desenvolver melhor fisicamente e também melhor representar o Paraná e o Brasil nas grandes competições internacionais. Lamentavelmente, com tristeza, verificamos que, enquanto o Esporte Amador não tem recebido a assistência da Loteria Esportiva, que o atleta profissional tem tido todo amparo, toda assistência, basta dizer que a Loteria Esportiva pagou em passagens de avião e em hotéis, geralmente os melhores do Brasil, para os jogadores profissionais de futebol que disputaram o Campeonato Nacional, 12 milhões de cruzeiros.

Não somos contra o esporte profissional, porque o futebol faz parte do coração de todo brasileiro, mas vemos um exagero de ajuda para o profissional, que cobra muito caro suas exibições, cujo ingresso mais barato custa, pelo menos, 10 cruzeiros, e os jogos dão de 60, 70 a 80 mil cruzeiros de renda, praticamente livre.

Esse tipo de esporte, então, já não necessita mais de ajuda e termino desejando que a Loteria Esportiva ajude o Esporte Profissional mas não esqueça a nossa criança, o nosso jovem, que não está tendo preparo físico por falta de assistência. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência anuncia com satisfação a presença neste Plenário do Vereador Guerino Lotici, do Município de Realiza e também comunica aos Srs. Deputados o convite feito pela Clinilar, para assistirem, hoje, às 18 horas, a inauguração do seu novo estabelecimento, à Rua Padre Camargo, 581.

Está encerrado o Pequeno Expediente. Passa-se ao Grande Expediente. Concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O tema é bastante surrado, já foi abordado por diversas vezes, mas a ele voltamos. Voltamos com absoluta tranquilidade e sem constrangimento. Voltamos a reivindicar o aumento de vencimento para o funcionalismo público por entendermos se tratar não de um problema político, mas, sobretudo, de uma questão de justiça social. Trata-se de atender a numerosa classe dos funcionários públicos do Paraná, cujo reajuste salarial, no correr dos últimos anos, não tem alcançado proporcionalmente a elevação do custo de vida.

Sabemos, perfeitamente, que basta a sensibilidade do Governo para que essa classe tenha seus objetivos amplamente atingidos. O Governador do Estado em sua Mensagem de abertura do Ano Legislativo foi otimista, afirmando estarem as finanças de nosso Estado perfeitamente equilibradas; afirmando ainda que a receita tributária no Paraná aumentou em 1973 em 40% a mais do que no ano de 1972 e 100% a mais do que no ano de 1971. As perspectivas financeiras do Governo para a safra do corrente ano são animadoras. Prevê-se um aumento na ordem de 17% em relação ao ano anterior. Nessa estatística foram computadas as várias culturas do Estado, excluindo-se o café, a mamona, o amêijo e etc. Somente na exportação de soja teremos 40% a mais do que no ano anterior.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este quadro otimista faz com que cheguemos à conclusão de que o Estado possui condições financeiras para atender os anseios do funcionalismo público. A par desta situação temos que levar em consideração as afirmativas de homens do Governo Federal, afirmativas do futuro Ministro da Fazenda de que a inflação no corrente ano atingirá 30%. Temos que levar em consideração este dado que consideramos de grande importância. O funcionário público, em consequência, terá que fazer frente ao elevado índice inflacionário com o aumento que lhe será proporcionado agora porque, como é de praxe, o novo aumento será somente concedido em outubro e estará, então, sofrendo com o baixo salário as consequências de um índice inflacionário elevadíssimo. Fala-se em abono. Não concordamos com o abono porque ele não incorpora vantagens; é provisório, não é efetivo. A solução justa, a reivindicação real é um aumento na proporção daquele concedido pelo Governo Federal aos seus servidores, ou seja de 20%. Outros Estados, imediatamente, seguiram o exemplo do Governo Federal. O Estado Guanabara concedeu já aos seus funcionários o reajustamento salarial na ordem de 20%. O Estado de São Paulo que havia concedido um aumento na ordem de 15%, enviou nova Mensagem propondo mais 5%. E até Municípios do País estão seguindo o exemplo — o Município de Londrina, que havia concedido 15%, envia sua mensagem propondo mais 5%. Desta forma, nós entendemos seria prático e sobretudo cômodo para o Governo do Paraná, adotar a política de realizar reajuste salarial automaticamente e na mesma proporção daquele concedido pelo Governo Federal; estaria fazendo justiça e sobretudo colocando-se a salvo das constantes e inevitáveis críticas de todos os anos, com relação ao problema.

Aguardamos, portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o pronunciamento oficial do Governo, este, sem mais adiamento, sem mais delongas porque realmente a barriga do funcionário público não pode se sujeitar a tais caprichos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, um outro assunto também de grande importância nos traz à Tribuna, na tarde de hoje.

Trata-se também de um apelo, no sentido de se evitar que terríveis dramas sociais se originem numa região altamente produtiva, do Norte do Paraná.

Como sabem os Senhores e o "Diário do Paraná" publicou extraordinária reportagem no último domingo, milhares de paranaenses que trabalham numa das áreas mais produtivas do nosso País, estão apreensivos e preocupados, cerca de 20.000 agricultores, homens do campo, serão obrigados a deixar suas lavras, pois suas terras serão inundadas, com a construção da barragem do Salto Capivari, no rio Paranapanema, onde a CESP — Centrais Elétricas de São Paulo — pretende fazer gerar mais energia.

O fato preocupa autoridades, inclusive do País, preocupa sobremaneira porque temos que levar em consideração o fato de que o kw-hora gerado pela

Usina do Salto Capivari poderá ser menor que o lucro auferido pela exploração da terra, onde são plantadas todas as culturas, inclusive o café, financiado, o replantio, pelo próprio Governo Federal.

O que mais deve preocupar esta Casa no entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a par desse problema econômico-financeiro, são os sociais que, advirão por certo, com a dispensa em massa dos trabalhadores agrícolas, das indenizações e da transferência do trabalho tanto do homem, como do equipamento existente, que poderá trazer muitos prejuízos, com a ociosidade dessa força produtiva. As autoridades, assim entendemos, devem considerar que a área de 50.000 hectares a ser atingida pelas inundações possui inúmeros privilégios. 1.º dos privilégios: são terras do mais alto padrão de produtividade; sua produção chega a atingir 5 toneladas por hectare, e o total estimado é de 250.000 toneladas ao ano; a região possui um dos mais altos índices, "per capita" de máquinas e implementos agrícolas, do País, e deve se levar em consideração que este é um País pobre em matéria de máquinas e implementos agrícolas; a força ativa de trabalho da população dessa região é também das mais amplas da Nação brasileira.

A situação se agrava, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se sabe, através de noticiário da imprensa nacional que a empresa que terá de indenizar pelo valor real as terras que são avaliadas em 30 a 40 mil cruzeiros o alqueire, está alegando não ter orçamento disponível para começar o pagamento neste ano antes das inundações. Ora, os proprietários se não receberem já a indenização não terão possibilidades de comprar novas terras a tempo de ressarcir-se dos prejuízos, sobretudo porque nós sabemos que a Região possui um dos maiores índices "per capita" de maquinaria do País, e financiada essa maquinaria pelo Banco do Brasil, tendo como garantia o penhor da terra. Acrescente-se, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados que a transferência dos 20 mil atingidos pelas inundações para outras áreas do norte do Paraná, não será fácil por causa da dificuldade de aquisição de terras do Norte do Estado. Os preços elevam-se constantemente, daí porque há necessidade principalmente de serem pagas as indenizações antes do início das inundações. A Represa do Salto do Capivari vai cobrir terras cultiváveis em vários Municípios da Região, Sertaneja, Alvorada do Sul, Porecatú, Rancho Alegre e Sertãozinho, e diante de todos estes fatos, diante destas alegações, com a preocupação, sobretudo que poderá acontecer terríveis dramas de natureza social, nós requeremos à Casa, após a anuência do Plenário, seja endereçado apelo ao Ministro da Justiça, ao Governador do Estado do Paraná, ao Governador do Estado de S. Paulo, à Assembléia Legislativa do Estado de S. Paulo, no sentido de se resguardar os justos direitos desses trabalhadores ameaçados de terríveis prejuízos, ameaçados sobretudo de dramas sociais, homens que labutam no trabalho da terra e que merecem o amparo, a proteção da esfera governamental, de caráter oficial e requeremos também à Mesa seja enviado cópia desse expediente para que se forme uma corrente de solidariedade em torno dessa reivindicação, cópia desse Expediente às Câmaras Municipais de Primeiro de Maio, Sertaneja, Alvorada do Sul, Porecatú, Rancho Alegre e Sertãozinho. Era o que tínhamos a dizer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-73, de autoria do Dep. Lázaro Dumont, que declara de utilidade pública a Sociedade Educadora "Rainha das Missões", da cidade de Londrina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 262-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Educadora Rainha das Missões, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de outubro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICAÇÃO:

A Sociedade Educadora Rainha das Missões, de Londrina, é de fato uma entidade de utilidade pública pelos relevantes serviços que presta, e preenche os requisitos da Lei para ser declarada de utilidade pública.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE LONDRINA

ESTADO DO PARANÁ

1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos

C E R T I D A O

Certifico — a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo o Livro "F.2" de Registro Integral, encontrei o Registro sob n.º 3.851 de 22.10.73. Apon-tado sob n.º 26.226 do Protocolo A-1, no qual consta entre outras coisas mais, o seguinte: — "Estatutos da Sociedade Educadora Rainha das Missões — Art. 1.º — A Sociedade Educadora Rainha das Missões também conhecida pelo nome de Sociedade Missionária De Maria, fundada aos 25 de março de 1960, é uma sociedade civil de direito particular, com sede em Jaguapitã, Estado do Paraná, e ação em todo o território da União. Art. 2.º — A Sociedade Educ. R. das M. tem por finalidade a assistência e formação moral do povo. Art. 3.º — Para conseguir sua finalidade a Soc. Educ. R. das M. manterá escolas, cursos profissionais, hospitais e ambulatório nos campos e nas cidades, e, de maneira especial, nos sertões mais longínquos. Art. 4.º — A Soc. Educ. R. das M. não tem fins lucrativos, não remunera a sua Diretoria, não distribui dividendos, e aplica integralmente seu superavit no País para manutenção e desenvolvimento de suas obras. Art. 5.º — A aceitação ou demissão de Sócios fica a cargo da Diretoria. Art. 6.º — A Diretoria da Sociedade é constituída de Presidente, Secretária e Tesoureira; é constituída digo, é eleita em Assembléia Geral e seu mandato é de três anos, sendo possível a reeleição. Parágrafo único: No caso de ficar vacante algum cargo da Diretoria que não seja o de Presidente, será eleito em reunião ordinária quem ocupe aquele cargo até o fim do mandato em curso. Art. 7.º — O Patrimônio da Sociedade é constituído por bens imóveis e móveis adquiridos por compras, doações, legados, renda eventual de seus bens, subvenções dos poderes públicos, contribuições de Sócios e por qualquer outro título legítimo. Art. 8.º — Pa-

ra os atos comuns de administração a Sociedade é representada ativa e passivamente, em juízo e fora dele, pela Presidente, e, em sua ausência ou impedimento, pela Secretária, podendo ambas constituir procurador, salvo quanto ao disposto no parágrafo seguinte: Parágrafo único: Para alienar, onerar, hipotecar, transigir sobre bens imóveis da Sociedade, bem como para movimentar em banco as contas da Sociedade, bem como para, digo, serão necessárias juntamente as assinaturas da Presidente e da Secretária, podendo ambas constituir um mesmo procurador. Art. 9.º — As Sócios não respondem nem mesmo subsidiariamente pelas obrigações da Sociedade. Art. 10.º — A Soc. Educ. R. das M. tem duração indeterminada e em caso de extinção seus bens serão destinados a uma entidade congênera a critério da Diretoria. Art. 11.º — Anualmente haverá uma Assembléia Geral para apreciar as contas e atuação da Diretoria. Esta poderá convocar as Sócios sempre que o julgar conveniente, sendo as deliberações tomadas por simples maioria, salvo quanto ao disposto no Art. 14.º — destes Estatutos, e podendo funcionar com qualquer número de Sócios. Art. 12.º — A assembléia geral poderá deliberar sobre a adoção do regimento interno, e definir as atribuições da Diretoria. Art. 13.º — Os casos omissos nestes Estatutos, quando não houver a respeito alguma deliberação, serão resolvidos de acordo com o Código Civil e princípios gerais de direito. Art. 14.º — Os presentes Estatutos podem ser modificados em assembléia geral por deliberação de dois terços das Sócios. Era somente o que me foi pedido para certificar. Dou fé. Eu, Arnaldo Anunziato, Oficial Maior, a ditilografei conferi subscrevi e assino.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina 22 de outubro de 1973.

....Arnaldo Anunziato — Oficial Maior

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

REG. CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo neste Cartório o Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, nele sob n.º de ordem 167, com data de 21 de janeiro de 1968, encontra-se registrado os Estatutos da "SOCIEDADE EDUCADORA RAINHA DAS MISSÕES". — CERTIFICO mais, que aos 21 de julho de 1972, foi averbado a margem do registro supra, o seguinte: — Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Educadora Rainha das Missões de Curitiba, Estado do Paraná, realizada aos 5 de abril de 1972. Aos cinco dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, às oito horas, na nova sede, sita à Rua João XXIII da cidade de Londrina, Estado do Paraná, reuniram-se em Assembléia Geral as associadas da Sociedade Educadora Rainha das Missões. A presidente em exercício abriu os trabalhos, comunicou que os assuntos da sessão extraordinária eram os constantes no Edital de convocação do dia vinte e cinco de março de 1972 do seguinte teor: Edital de Convocação da Assembléia Geral. A Sociedade Educadora Rainha das Missões de Curitiba, Paraná, pelo presente Edital, convida todas as associadas para uma Assembléia Geral a ser realizada no dia cinco de abril, às oito horas na nova sede de Londrina, Paraná, para tratar os seguintes assuntos: 1) Eleição da nova Diretoria. 2) Transferência da sede da Sociedade Educadora Rainha das Missões de Curitiba para Londrina; 3) Assuntos gerais de interesse social. O presente Edital foi expedido para todas as associadas e colocado em local público para que todos os membros tomassem conhecimento. Londrina, 25 de março de 1972. A Presidente comunicou que ela e a Secretária precisam se ausentar por um tempo indeterminado por viagem ao exterior, portanto faz-se necessária a eleição da nova Diretoria. Tomaram a palavra algumas associadas, passou-se à votação. Por maioria de votos a nova Diretoria ficou constituída pelos seguintes membros: Presidente: Armida Ardemagni. Secretária: Carolina Zagato. Tesoureira: Giuditta Grassi. Empossada a nova Diretoria passou-se a debater o assunto da transferência da sede de Curitiba para Londrina. Por maioria de votos foi aprovado que a sede da Sociedade Educadora Rainha das Missões fique transferida para Londrina, Rua João XXIII s/n.º — Jardim Dom Bosco. Após ter tratado outros assuntos de interesse social, a Presidente deu por encerrada a reunião da qual, eu secretária, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada passa a ser assinada pela Presidente, por mim e pelas demais associadas aqui presentes. Armida Ardemagni — Presidente. Carolina Zagato — Secretária. Giuditta Grassi — Tesoureira. Amabile Dedoné. Lidia Toninelli. Bianca Puglia. Caterina Albertini. Paola Asara. Antonietta Negretto. Maria Zago. Ines Staffolani. Lucia Milani.

O referido é verdade e dou fé.

Curitiba, 21 de agosto de 1973

Ademar José Sieradzki — Escrevente Juramentado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 262-73

AUTOR: Deputado Lázaro Dumont

P A R E C E R

A presente iniciativa de lei, que visa declarar de utilidade pública a Sociedade Educadora Rainha das Missões, da cidade de Londrina, vem instruída e justificada tudo de acordo com o Regimento Interno, portanto não tem qualquer implicação de ordem legal ou constitucional.

Somos pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 21 de novembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente

Antônio Lopes Jr. — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 262-73

1 — Visa este Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Lázaro Dumont, declarar de utilidade pública a Sociedade Educadora Rainha das Missões, com sede e foro na cidade de Londrina.

2 — Esta proposição já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Do ponto de vista financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua APROVAÇÃO.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente

Gilberto R. Carvalho — Relator

(Ass. ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de determinar efetivação de estudos, visando a criação e instalação da Comarca de Palotina. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Fadel, constante do Expediente, solicitando seja a Sessão do próximo dia 20 do mês em curso, dedicada, exclusivamente, em homenagem à memória do jornalista Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, em virtude de transcorrer, naquela data, o Cinquentenário de Fundação dos Diários Associados. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Álvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Governador do Estado, Governador do Estado de São Paulo, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e Ministro da Justiça, no sentido de se resguardar os direitos, de milhares de trabalhadores ameaçados de sérios prejuízos, com a construção da barragens de Salto Capivari. — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Maurício Fruet e Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Dr.

Luís Silva e Albuquerque, pela excelente gestão desenvolvida a frente da União dos Escoteiros do Brasil — Região do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de louvor à atuação do Sr. Euro Brandão à frente da Secretaria dos Transportes. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento em Cornélio Procopio, da Reverenda Irmã Maria Pierina Mouras. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência aos Projetos de Resolução n.ºs. 44-73 — 48-73 — 56-73 — 58-73 — 64-73 — 65-73 — 68-73 e 69-73 — Aprovado.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Santos Lima, constante do Expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, em caráter permanente, do Projeto de Resolução n.º 67-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de louvor pela atuação do Dr. Octávio Cesário Pereira Júnior, à frente da Secretaria do Interior e Justiça. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 262-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 44-73, 48-73, 56-73 e 66-73.

Levanta-se a Sessão.